

GOMES, Nestor

*sen. ES 1919-1920; pres. ES 1920-1924.

Nestor Gomes nasceu em Conceição de Macabu (RJ) no dia 8 de setembro de 1875, em família modesta.

Transferiu-se para o Espírito Santo muito jovem e trabalhou inicialmente em uma firma comercial de Castelo, então distrito de Cachoeiro de Itapemirim (ES), onde se tornou guarda-livros (contador). Transferiu-se mais tarde para Cachoeiro, onde foi comprador de café para uma grande casa exportadora, a Hard Rand. Naquela cidade iniciou sua carreira política, elegendo-se membro do governo municipal em 1908, como aliado dos Monteiro, que então ascendiam ao poder estadual, com Jerônimo Monteiro na presidência do Espírito Santo (1908-1912). Em 1910 renunciou ao cargo e mudou-se para Vitória, onde foi chefe do escritório da firma comercial de José Ribeiro de Sousa. No mesmo ano e se elegeu deputado estadual, reelegendo-se em 1912.

No governo de Bernardino Monteiro (1916-1920) ocupou os cargos de secretário de Finanças e secretário de Agricultura, Terras e Obras. Em 1919, quando se abriu uma vaga no Senado, foi eleito para ocupá-la, com mandato até 1921. Embora não tivesse uma formação cultural sólida, possuía viva inteligência, era bom redator e tinha conhecimentos de economia, que lhe permitiam elaborar projetos originais, muitas vezes contra o pensamento dominante, sobre assuntos de interesse estadual ou nacional. No Senado, onde participou da Comissão de Finanças, apresentou alguns projetos que tiveram repercussão positiva na imprensa carioca. Defendeu, por exemplo, uma proposta sobre a política de valorização do café alternativa à que estava em discussão no Congresso Nacional, e outra sobre reforma bancária.

Em 1920, ao final do governo de Bernardino, foi apresentado por este como candidato a sua sucessão, numa tentativa de resolver divergências entre os irmãos Monteiro sobre a candidatura oficial ao governo do estado. Aparecendo como candidato de conciliação, foi eleito sem problemas. Porém a conciliação era apenas aparente, e as facções políticas dos

dois irmãos logo entraram em choque, com os jeronimistas acusando o governo de promover perseguições a eles com envolvimento de violência policial. Rebentou então uma crise que dividiu a política capixaba. Em maio, quando terminaria o mandato de Bernardino, a facção jeronimista decidiu não reconhecer a eleição de Nestor, apresentando contra ele acusações de improbidade administrativa, que se revelariam falsas. O Legislativo se cindiu, passando a haver duas assembleias. A jeronimista, com 13 deputados, elegeu um presidente da casa, Etienne Dessaune, recusou o reconhecimento da eleição de Nestor e, ficando vaga a presidência do estado, no dia 23 de maio, empossou Dessaune, segundo a norma constitucional. A assembleia bernardinista, presidida por Geraldo Viana, com número de deputados insuficiente para reconhecer o candidato (11), reuniu-se no palácio do governo, reconheceu e empossou Nestor Gomes. Essa posse se deu no palácio sitiado, pois a luta já se tornara armada, e as forças policiais, rebeladas contra seu comando, aliaram-se a Jerônimo, ficando Bernardino e Nestor com a guarda do palácio e capangas dos coronéis aliados. À noite começou o tiroteio, que alarmou a população e provocou a fuga de muitos moradores. O comércio, os bancos e as repartições públicas permaneceram fechados por vários dias. A 27 de maio, o presidente da República Epitácio Pessoa (1919-1922) decretou a intervenção federal no estado. As forças do Exército assumiram o controle de Vitória e impuseram o fim das hostilidades. O caso passou ao Congresso Nacional, que aprovou o reconhecimento de Nestor Gomes a 16 de junho, na Câmara, e a 11 de julho, no Senado.

Nestor assumiu o controle do estado e procurou pacificar a política capixaba, agora em nova conjuntura, na qual o poderoso Jerônimo Monteiro havia sido derrotado, e Bernardino Monteiro assumia a chefia da única agremiação política, o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES) e se tornava o mais poderoso político capixaba. Porém, na luta travada por sua posse, Nestor recrutara antigos opositores dos Monteiro para o seu lado, como Pinheiro Júnior, e estes se fortaleceram no partido. Apoiado no poder que lhe dava o cargo executivo, Nestor Gomes pôde governar com relativa autonomia.

A pacificação progrediu no início, mas no ano seguinte Jerônimo Monteiro se engajou na Reação Republicana, movimento de oposição em nível nacional que contestava o sistema

eleitoral e apresentava a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República contra o candidato oficial, Artur Bernardes. Parte dos partidários de Jerônimo aderiu ao movimento, e novamente a política capixaba se agitou. Nestor Gomes procurou manter uma posição de equilíbrio, prometendo respeitar a liberdade dos opositores, e, embora apoiasse o candidato governista, recebeu pessoalmente Nilo Peçanha quando este foi em campanha a Vitória. No entanto, a composição que havia sido promovida no Legislativo se desfez e, na eleição para a renovação da casa, no início de 1922, os partidários da Reação Republicana lançaram uma chapa de oposição. Derrotados, contestaram o resultado, tal como acontecera no plano federal, e formaram uma “duplicata” de assembleia, que se reuniu enquanto a Reação Republicana manteve a luta, e se dissolveu com o fim desta.

Apesar da agitação política, Nestor promoveu uma ampla reforma da Constituição estadual e reorganizou a administração, criando secretarias mais especializadas. Ideologicamente era um liberal, e procurou resolver os problemas do estado segundo os princípios dessa doutrina, mas soube ser flexível quando os caminhos que escolhera se mostraram inviáveis. Tentou vender ou arrendar as numerosas empresas que o estado possuía. Os serviços de água, esgotos, energia elétrica e bondes, de Vitória e de Cachoeiro, foram arrendados com sucesso, mas, das indústrias da Companhia Industrial de Itapemirim, apenas algumas encontraram investidores interessados, e nem sempre o arrendamento teve resultado positivo.

Em seu governo teve início uma fase de prosperidade, decorrente dos altos preços do café e do crescimento de sua produção, o que permitiu a realização de numerosas obras em todo o estado. Construiu estradas de rodagem, algumas delas preparadas para o tráfego de automóveis e caminhões. Concluiu a estrada de ferro ligando Cachoeiro ao porto de Itapemirim e ergueu escolas e prédios públicos. Empreendeu uma ampla reforma urbanística em Vitória, projetando um novo traçado em grande parte do centro da cidade, com a eliminação de antigas e tortuosas ruas mal alinhadas, de casas degradadas, e a abertura de novas vias, inclusive uma importante avenida (hoje parte da Jerônimo Monteiro), e a construção de ligações viárias para os bairros, então afastados, de Santo

Antônio, Jucutuquara, Maruípe e Praia do Canto, além da estrada de Goiabeiras à Serra. Edificou um mercado, um hotel e residências no centro, depois de tentar, em vão, atrair investidores privados para esse fim.

De maneira a enfrentar o problema da insuficiência de crédito no estado, planejou a criação de pequenos bancos no interior, com parte do capital fornecida pelo Banco do Espírito Santo e parte de origem privada local. Essa iniciativa foi bem-sucedida, mas, como a maior parte de seus empreendimentos, só foi concluída após o final de seu governo.

Nestor Gomes foi responsável pela ação inicial no sentido de ocupar a região do estado ao norte do rio Doce, até então quase toda coberta pela Mata Atlântica. Recuperou para o estado uma vasta área ao norte de Colatina e loteou-a em pequenas propriedades, que foram vendidas na maior parte a descendentes de imigrantes das antigas colônias, onde não havia mais terras disponíveis.

Ao final de seu governo, com a maioria de suas obras em andamento, indicou como seu sucessor o engenheiro Florentino Avidos, chefe do Serviço de Melhoramentos de Vitória, que realizava a reforma urbanística da capital. Deixou o governo a 23 de maio de 1924. Não teve mais qualquer apoio do Partido Republicano Espírito-Santense.

Durante o governo, foi atingido por infortúnios em sua vida pessoal: seu filho Nestorzinho suicidou-se, e a companheira faleceu; em seguida, sua saúde foi comprometida pela tuberculose.

Fora do governo voltou ao comércio, mas enfrentou dificuldades financeiras daí em diante. Após a Revolução de 1930, foi secretário de Finanças do Maranhão, no governo Seroa da Mota. Depois disso, viveu um tempo no Rio de Janeiro, onde mantinha uma coluna sobre finanças no *Jornal do Comércio*. Quando seu estado de saúde se agravou, sozinho, sem recursos, internou-se num hospital público de Belo Horizonte. O governo do Espírito Santo, por meio do interventor Punaro Bley, prestou-lhe assistência nesse período final da vida. Nestor Gomes faleceu na capital mineira no dia 9 de março de 1941.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: ASSEMB. LEGISL. ES. *Anais* (1920, 1921, 1923);); *Cachoeirano* (12/1919 - 5/1920); CÂM. DEP. *Intervenção*; *Caso do Espírito Santo*; *Gazeta* (mar. 1941). Nestor Gomes ; DERENZI. L. *Biografia*; *Estado* (1921-1922); GOMES, Nestor. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo* (31/10/1921,7/9/1922, 7/9/1922, 3/5/1923); *Jornal do Commercio* (1/5/1920; 26 - 29/5/1920); REZENDE, S. *Memórias*.